

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL – IACS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – GCI
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA**

NICOLAS VETROMILLE

**A IMPORTÂNCIA DA DESCRIÇÃO
ARQUIVÍSTICA PARA OS DOCUMENTOS
FOTOGRAFICOS DIGITAIS**

**UNIVERSIDADE
FEDERAL
FLUMINENSE**

**NITERÓI
2022**

NICOLAS VETROMILLE

A IMPORTÂNCIA DA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA PARA OS DOCUMENTOS
FOTOGRAFICOS DIGITAIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Departamento de Ciência da Informação – GCI da
Universidade Federal Fluminense como requisito
parcial para a graduação no curso de Arquivologia.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Flores.

Niterói

2022

V589 Vetromille, Nicolas

A importância da descrição arquivística para os documentos fotográficos digitais/ Nicolas Santana Vetromille Ribeiro. 2022.

55 f.: il.

Trabalho de Conclusão do Curso (Bacharelado em Arquivologia) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Flores.

1. Fotografia digital. 2. Arquivos - Descrição. 3. Documento fotográfico. 4. Nobrade. I. Flores, Daniel. II. Universidade Federal Fluminense. III. Título.

CDD 025.1714

NICOLAS VETROMILLE

A IMPORTÂNCIA DA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA PARA AS FOTOGRAFIAS DIGITAIS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciência da Informação – GCI da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a graduação no curso de Arquivologia.

Niterói, _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Daniel Flores - Orientador
Universidade Federal Fluminense

Professora Dr^a Natalia Bolfarini Tognoli
Universidade Federal Fluminense

Professor Dr. Carlos Henrique Juvêncio
Universidade Federal Fluminense

RESUMO

VETROMILLE, Nicolas Santana. **A importância da descrição arquivística para os documentos fotográficos digitais**. Orientador: Daniel Flores. 2021. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Arquivologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

As fotografias digitais são consideradas documentos, mas nem todas são documentos de arquivo. Para se considerar um documento de arquivo tem de possuir caráter probatório, relação com uma atividade e proveniência. Dessa maneira, a fotografia digital arquivística, após organizada de acordo com sua atividade, necessita da descrição arquivística a fim de se recuperar, identificar e explicar as informações e também relacionar com outros documentos. Este trabalho tem o objetivo de analisar e averiguar a importância da descrição arquivística para as fotografias digitais e como ela auxilia na preservação digital. A justificativa é trazer um compilado de bibliografias a fim de demonstrar a importância da descrição arquivística nas fotografias do meio digital. A pesquisa é classificada como básica, qualitativa, explicativa e bibliográfica. Os resultados alcançados foram que as fotografias são documentos, mas só as que são documentos de arquivo necessitam da descrição arquivística como parte de uma gestão documental e colaborando para sua preservação a longo prazo. O padrão de metadados mais recomendado para a gestão de fotografias digitais é o IPTC Core, pois contém mais campos que se encaixam nas funções arquivísticas. A norma mais recomendada para a descrição de fotografias é a ISAD (G), com a especificação da NOBRADE para a realidade brasileira. A plataforma AtoM (ICA-AtoM) é importante para o acesso e difusão do acervo fotográfico, pois permite a descrição arquivística multinível e é um software livre. A preservação digital é sempre um desafio e para isso utiliza-se sistemas informatizados e modelos que padronizam a gestão e preservação a longo prazo, desde a produção do documento até o recolhimento a um repositório digital confiável.

Palavras-chave: Fotografia digital; descrição arquivística; documento fotográfico; NOBRADE.

ABSTRACT

VETROMILLE, Nicolas Santana. **A importância da descrição arquivística para os documentos fotográficos digitais**. Orientador: Daniel Flores. 2021. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Arquivologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

The digital photographs are considered records, but not all are archival records. In order to be considered an archival record, it must have an evidential nature, relationship with an activity and origin. Thus, archival digital photography, after being organized according to its activity, needs an archival description in order to retrieve, identify and explain the information and also relate it to other records. This work aims to analyze and investigate the importance of archival description for digital photographs and how it helps in digital preservation. The justification is to bring a

compilation of bibliographies in order to demonstrate the importance of archival description in digital photographs. This research is classified as basic, qualitative, explanatory and bibliographic. The results achieved were that photographs are records, but only those that are archival records need an archival description as part of document management and contributing to their long-term preservation. The most recommended metadata standard for managing digital photographs is IPTC Core, as it contains more data that fit the archival functions. The most recommended standard for the description of photographs is the ISAD (G), with the specification of NOBRADE for the brazilian environment. The AtoM platform is important for accessing and disseminating the photographic collection, as it allows for multilevel archival description and is free software. Digital preservation is always a challenge and for that, computerized systems and models are used that standardize the management and preservation in the long term, from the production of the document to the collection to a reliable digital repository.

Keywords: Digital photograph; archival description; photographic record; NOBRADE.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Discurso do ministro Dias Leite.....	33
Figura 2 – Quadro de cadeia de custódia digital ininterrupta.....	38
Figura 3 – Exemplo 1 do AtoM da UFSM.....	39
Figura 4 – Exemplo 2 do AtoM da UFSM.....	40
Figura 5 – Exemplo 3 do AtoM da UFSM.....	41
Figura 6 – Exemplo do AtoM da UFFS.....	42

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Cronograma da pesquisa.....	19
Quadro 2 – Classificação de metadados de Gilliland (2008).....	27
Quadro 3 – Planilha com os campos da NOBRADE.....	33

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
1.1	JUSTIFICATIVA.....	9
1.2	OBJETIVOS.....	9
1.2.1	<i>Objetivo Geral.....</i>	9
1.2.2	<i>Objetivos específicos.....</i>	10
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	10
3	METODOLOGIA.....	18
4	A DESCRIÇÃO DAS FOTOGRAFIAS DIGITAIS.....	20
4.1	DOCUMENTO FOTOGRÁFICO X DOCUMENTO FOTOGRÁFICO ARQUIVÍSTICO.....	20
4.2	AS ESPECIFICIDADES DAS FOTOGRAFIAS DIGITAIS.....	25
4.3	AS NORMAS DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA QUE SE ENQUADRAM NAS FOTOGRAFIAS.....	30
4.4	O ATOM (ICA-ATOM) COMO PLATAFORMA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA.....	35
4.5	Os desafios da preservação digital a longo prazo.....	42
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
	REFERÊNCIAS.....	52

1 INTRODUÇÃO

Toda fotografia se caracteriza como um documento, pois ela nada mais é que uma informação disponível em um suporte. Dito isso, ela é considerada um documento de arquivo quando é produzida na consecução das atividades de um órgão ou instituição, ou seja, ela vai possuir caráter probatório, relações orgânicas, relação de proveniência com o produtor etc. Porquanto, para sinalizar as especificidades que a tornam um documento de arquivo, é necessário de uma descrição arquivística, que indicará essas relações orgânicas, explicará seu conteúdo, a identificará e vai contribuir na recuperação das informações contidas nas imagens.

A descrição é o ato de enumerar pontos sobre algum objeto, é apontar todos os detalhes e fazer com que cada um seja único. A tarefa de recuperação da informação em um Arquivo depende e muito da descrição arquivística, é nela que vão sair termos característicos daquele documento que poderão ser acessados por um usuário, pois ela é de suma importância para, além de recuperar, poder identificar e explicar a informação contida no documento. Os documentos fotográficos digitais arquivísticos necessitam dessa atividade para não se perderem na imensidão do meio digital.

A descrição é apenas uma função que contribui na gestão documental. As fotografias arquivísticas digitais devem passar por todo o processo da gestão documental, ou seja, pela Aquisição, Organização, Classificação, Avaliação, Descrição, Disponibilização e Preservação. Somente com uma cadeia de custódia ininterrupta, que passa por todo o ciclo de vida do documento, para garantir a autenticidade e a confiabilidade do conteúdo dos documentos.

Tendo em vista isso, o tema da pesquisa é a “Descrição arquivística em fotografias digitais”.

O Problema que levou a essa pesquisa é: Como associar os princípios da descrição arquivística para com os documentos fotográficos digitais?

As fotografias digitais possuem especificações que as analógicas não têm, dessa maneira os campos de descrição de uma norma não são preenchidos da mesma maneira que são quando o objeto de descrição é uma fotografia analógica.

Portanto é necessário compreender os metadados embutidos nas fotografias digitais para assim encaixá-los nos campos da descrição arquivística.

1.1 JUSTIFICATIVA

Escolhi este tema, pois trabalho com digitalização e descrição de documentos fotográficos no estágio e percebi que a descrição arquivística desses documentos é essencial para a recuperação da informação, bem como para a preservação digital em longo prazo. Do ponto de vista acadêmico, este tema é de suma importância para transcender do campo teórico para o prático. Na academia, aprendemos muito sobre a parte teórica, mas precisamos utilizar os princípios e técnicas que aprendemos no mundo real. Resolvi aplicar o que aprendi na literatura arquivística sobre a reprodução de documentos (dentre elas a digitalização e descrição) e aplicar nas atividades que realizo em meu estágio no Centro da Memória da Eletricidade no Brasil. Vivemos em uma era em que a imagem digital é banalizada, comum e está em todo lugar da internet. Dessa maneira, tive a iniciativa de falar sobre a diferença de uma fotografia digital qualquer e da fotografia digital arquivística, e de como utilizar a descrição arquivística em diferentes ocasiões, mesmo não sendo para documentos arquivísticos. Também é imprescindível abordar o assunto da preservação digital, em longo prazo, das fotografias, lembrando que não são todas que devem ter esse tipo de abordagem e sim as que possuem valores secundários capazes de garantirem uma temporalidade digital maior.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo desta pesquisa é averiguar a importância da descrição arquivística voltada para os documentos fotográficos digitais, de que maneira ela pode ser utilizada para a recuperação, explicação e identificação da informação digital, trazer à discussão o tema da preservação digital a longo prazo, principalmente para uma espécie documental de fácil reprodução.

1.2.2 *Objetivos específicos:*

- a) Apresentar os princípios e fundamentos da descrição arquivística;
- b) Discorrer sobre as especificidades dos formatos de documentos digitais voltados para as fotografias;
- c) Distinguir o documento fotográfico do documento fotográfico arquivístico;
- d) Identificar, explicar e selecionar as normas arquivísticas que se encaixam nos documentos fotográficos digitais;
- e) Discutir sobre as melhores maneiras para se preservar um documento fotográfico digital permanentemente.

A seção 2 é a Revisão da Literatura, que abordará sobre os temas que compõe este trabalho, a fim de criar um embasamento teórico para a compreensão das conclusões. Em seguida, a seção 3 é sobre a Metodologia, que explicará que esta pesquisa é classificada como básica, qualitativa, explicativa e bibliográfica. Logo depois, na seção 4, a Análise e Discussão dos Resultados tratará de analisar as informações coletadas a fim de sintetizar os conteúdos de cada objetivo específico. Por fim, na seção 5, virá as Considerações Finais, que concluirá a argumentação de cada subseção da Análise dos Resultados.

Tendo em vista a introdução do tema da descrição arquivística em fotografias digitais, bem como a Justificativa e o Problema da pesquisa, a seção seguinte é a da Revisão da Literatura, que tem o objetivo de embasar a pesquisa de acordo com a literatura arquivística.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A descrição arquivística em fotografias, em especial as digitais, é imprescindível para a recuperação e explicação da informação. Se uma foto em um sistema de busca não tem uma legenda contendo palavras-chave que a contextualize,

a informação da foto será perdida. Essa pesquisa tem o objetivo de averiguar a importância da descrição arquivística nas fotografias digitais e, para isso, deve-se compreender o que tem na literatura da Arquivologia e da Tecnologia da Informação que ajuda a compreender melhor essa temática.

A descrição é o ato de enumerar pontos sobre algum objeto, é apontar todos os detalhes e fazer com que cada um seja único. A tarefa de recuperação da informação em um Arquivo depende e muito da descrição arquivística, é nela que vão sair termos característicos daquele documento que poderão ser acessados por um usuário. Segundo a Society of American Archivists (SAA) (Hagen, 1998, p. 294 apud Albuquerque, p.85):

[...] Descrição arquivística é o processo de obter, ordenar, analisar e organizar qualquer informação que sirva para identificar, administrar, localizar e interpretar o patrimônio documental de instituições arquivísticas e explicar os contextos e sistemas de registro dos quais estes documentos foram selecionados.

A descrição arquivística é, segundo Belloto (1998 apud ALBUQUERQUE, 2006, p. 85), a única maneira de possibilitar que os dados contidos nas séries e ou unidades documentais cheguem até os pesquisadores. Dessa forma, ela é uma atividade de suma importância para a disseminação da informação e facilita o pesquisador a buscar o conteúdo desejado daquele documento e identificá-lo perante as suas características.

Existem algumas normas que padronizam a descrição arquivística, a mais utilizada é a *General International Standard Archival Description – ISAD-G* (2001), que é a norma internacional de descrição arquivística, porém, no Brasil, existe uma adaptação dessa norma internacional, mais conhecida como Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), e é ela que utilizamos para descrever qualquer documento de arquivo, o que não é diferente para as fotografias.

A diferença entre as duas é que a NOBRADE acrescenta o nível 0 de descrição, diferente da ISAD-G (2001), que inicia no nível 1 de descrição, que é o fundo/coleção. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2013) No caso da norma brasileira, o nível 0 representa o acervo produzido pela própria entidade custodiadora. Outra diferença entre as duas normas é que a NOBRADE acrescenta alguns campos de descrição: **6.1 – Notas sobre conservação; 6.2 – Notas gerais; e toda a Área de pontos de acesso**

e indexação de assuntos (Elemento 8). (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2013)

A NOBRADE possui campos de descrição, que deverão ser preenchidos por metadados relacionados ao documento, são eles:

- **1 – Área de identificação** – lugar onde se registra a informação para identificar a unidade de descrição – composta por:
 - 1.1 – Código de Referência;**
 - 1.2 – Título;**
 - 1.3 – Data;**
 - 1.4 – Nível de descrição;**
 - 1.5 – Dimensão e suporte**

- **2 – Área de contextualização** – lugar onde se registra a informação sobre proveniência e custódia – composta por:
 - 2.1 – Nome do produtor;**
 - 2.2 – História administrativa;**
 - 2.3 – História Arquivística;**
 - 2.4 – Procedência**

- **3 – Área de conteúdo e estrutura** – lugar onde se registra a informação sobre o assunto e organização – composta por:
 - 3.1 – Âmbito e conteúdo;**
 - 3.2 – Avaliação, eliminação e temporalidade;**
 - 3.3 – Incorporações;**
 - 3.4 – Sistema de Arranjo**

- **4 – Área de condições de acesso e uso** – lugar onde se registra a informação sobre acesso ao documento – composta por:
 - 4.1 – Condições de acesso;**
 - 4.2 – Condições de reprodução;**
 - 4.3 – Idioma;**
 - 4.4 – Características Físicas e requisitos técnicos;**
 - 4.5 – Instrumentos de Pesquisa**

- **5 – Área de fontes relacionadas** – lugar onde se encontra a informação sobre outras fontes importantes relacionadas ao documento – composta por:
 - 5.1 – Existência e localização dos originais;**
 - 5.2 – Existência e localização das cópias;**
 - 5.3 – Unidades de descrição relacionadas;**
 - 5.4 – Nota sobre publicação**

- **6 – Área de notas** – é o espaço onde registra a informação acerca do estado de conservação do documento e de anotações importantes do descritor – composta por:
 - 6.1 – Notas sobre conservação;**
 - 6.2 – Notas gerais**

- **7 – Área de controle** – lugar onde é registrada a informação sobre como, quando e por quem a descrição foi feita – composta por:
 - 7.1 – Nota do arquivista;**
 - 7.2 – Regras ou convenções;**
 - 7.3 – Data(s) da(s) descrição(ões)**

- **8 – Área de pontos de acesso** – lugar onde se registra os termos de indexação voltados para a recuperação da informação geral – composta por:
 - 8.1 - Pontos de acesso e indexação de assuntos.**

(CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2013)

Esta pesquisa trata da descrição arquivística em documentos fotográficos digitais, portanto, vamos abordar, de maneira geral, o que é uma fotografia, e quando ela se torna um documento de arquivo para ser descrita futuramente.

A fotografia como conhecemos surgiu em meados do século XIX, com o objetivo de registrar momentos do cotidiano. Porquanto, é um elemento muito utilizado por pesquisadores para pesquisar sobre a história de um povo, a cultura, as tarefas, é utilizado na medicina como diagnóstico de imagem, como relatório de obras para engenheiros, ou até mesmo para uma *selfie*. Podemos passar o dia inteiro

enumerando motivos e razões da existência da fotografia, isso porque ela abrange várias áreas do conhecimento.

Assim como as normas internacionais ISAD(G) e ISAAR(CPF) demandam normas nacionais, a norma brasileira advoga a padronização de procedimentos em sistemas de arquivos e/ou em entidades custodiadoras. Da mesma maneira que aquelas normas internacionais, a NOBRADE não preceitua formatos de entrada ou saída de dados em sistemas de descrição automatizados ou manuais. Tem por objetivo estruturar a informação a partir de elementos de descrição comuns, buscando interferir o mínimo possível na forma final em que as descrições são apresentadas. Cabe a cada entidade custodiadora e a seus profissionais a decisão acerca dos recursos utilizados para a descrição, bem como o formato final de seus instrumentos de pesquisa, sendo apenas imprescindível a presença dos elementos de descrição obrigatórios. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2013, p. 10)

Mas, afinal, quando a fotografia é considerada um documento de arquivo? É quando a fotografia registra algo de essencial para um valor de prova jurídica e possua relação orgânica, ou seja, contextos ligados a alguma atividade. De acordo com Chaves (2018, p. 32):

As fotografias como documentos de arquivos são tratadas a partir das perspectivas informacionais de produção e probatórias, diferente das coleções fotográficas que são organizadas seguindo o conteúdo das imagens, quase sempre temática encontrada em bibliotecas, museus, centros de memória, entre outros.

Com a evolução da tecnologia e o surgimento de computadores no século XX, a fotografia tomou um outro rumo, que foi o da digitalização. A popularização das câmeras digitais, dos aparelhos celulares (que contêm câmera), e da globalização da internet facilitaram a transição do documento fotográfico analógico para o âmbito digital. Dessa maneira, surgiram novos elementos que compõem a fotografia digital que não existem na analógica, como uma cadeia binária, um software como suporte e um formato variável como estrutura. Os formatos digitais existentes para documento fotográfico são: TIFF, DNG, RAW, JPEG, e JPEG 2000.

Uma vez que as fotografias já estão digitalizadas, quando forem de cunho arquivístico, devem passar pelo processo de descrição. A descrição arquivística possui alguns modelos no âmbito digital, neste trabalho, vamos abordar o modelo de descrição arquivística em sistemas informatizados chamado: *International Council Archives – Access to Memory* (ICA-AtoM). De acordo com Flores (2014, p.91-92):

O software ICA-AtoM é totalmente voltado ao ambiente web, com suporte a vários idiomas e se destina a auxiliar as atividades de descrição arquivística em conformidade com os padrões do ICA. Foi desenvolvido para ser utilizado em conjunto com outras ferramentas de código aberto: Apache, MySQL, Hypertext Preprocessor (PHP), Symfony e Qubit Toolkit. Todas estas ferramentas citadas acima, incluindo o ICA-AtoM, estão sob a licença GNU Affero General Public License (A-GPL) versão 3. Também, não há custos para o download de nenhum dos softwares listados acima. O ICA-AtoM é distribuído sob a política de Software Livre com o objetivo de facilitar às instituições arquivísticas difundirem seus acervos através da internet e providenciar o acesso à documentação armazenada, de uma forma livre e gratuita.

O AtoM (ICA-AtoM), por ser um software internacional, contempla diversas normas de descrição arquivística, são elas: a *General International Standard Archival Description* (ISAD-G), a *International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons, and Families* (ISAAR-CPF), a *International Sustainable Development Foundation* (ISDF) e a *International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings* (ISDIAH), além de também disponibilizar a versão brasileira da ISAD(G), a NOBRADE.

O ICA-AtoM utiliza procedimentos simples das tecnologias para internet oferecidas atualmente. Desse modo, a partir de seu navegador de internet padrão e acesso à internet, é possível utilizar todos os recursos disponíveis no software.

A forma básica de funcionamento do software consiste em que os usuários acessem pelo navegador de internet as páginas estruturadas em HyperText Markup Language (HTML) que estão no servidor; e ao clicar em um botão ou em um link na página, um script escrito em PHP é ativado, e envia um comando para a base de dados, retornando em formato HTML para o navegador de internet o resultado desse comando. (INTERNATIONAL COUNCIL ARCHIVES, 2011 apud FLORES, 2014, p. 94)

Dessa maneira, o AtoM (ICA-AtoM) é uma plataforma digital de descrição arquivística com uma maior facilidade na difusão, atualização, edição e acesso da informação disponibilizada para os pesquisadores. As fotografias se encaixariam como qualquer outro documento, sendo descritas através dos metadados presentes nas normas de descrição requisitadas.

Com as fotografias digitais já descritas, seguindo as normas, é necessário pensar em uma preservação digital a longo prazo, que tem por objetivo assegurar a autenticidade, integridade e acessibilidade dos documentos e das informações neles contidas. O software AtoM (ICA-AtoM) não é recomendado para essa atividade, pois ele

[...] não se configura em um SIGAD, ele “não garante a autenticidade dos documentos e não faz preservação a longo prazo, a menos que seja interconexo a um repositório”, assim como, “não tem a função de ser um repositório, mas possui interface com repositórios digitais”, (MALDANER, 2016, p. 163), a exemplo do Archivemática. (FANTINEL et al, 2017, p. 324)

Portanto, a melhor maneira de se preservar um documento permanente digital não é utilizando a plataforma do AtoM (ICA-AtoM), que é recomendada para a fase corrente do documento. Já para a fase permanente, é recomendado existir uma cadeia de custódia, desde a digitalização da fotografia até a preservação digital

A manutenção da cadeia de custódia deve ser feita através de Ambientes Autênticos, sejam os SIGAD's (e-ARQ Brasil) nas fases corrente e intermediária, e os RDC-Arq (Repositórios Digitais Confiáveis Arquivísticos) na fase permanente. O e-ARQ Brasil, contempla a Gestão Documental, e após o término da fase da Gestão de Documentos, com a alteração da cadeia de custódia, passamos para a fase de AAP - Administração de Arquivos Permanentes, através dos RDC-Arq's (Resolução nº 43/CTDE/CONARQ), contemplando Arranjo, Descrição, Digitalização, Difusão e Acesso de Documentos de caráter permanente, e não mais permitindo ações ou operações típicas da Gestão de Documentos como a Avaliação, etc. Assim, é uma linha ininterrupta que gerencia no tempo e nas idades do ciclo vital de documentos, os custodiadores destes Documentos Arquivísticos. (FLORES, 2016, p. 18)

Os Repositórios Arquivísticos digitais confiáveis (RDC-Arq) têm o objetivo de recolher e armazenar documentos digitais de maneira permanente, e o mais importante, que mantenham a autenticidade dos documentos, ou seja, que eles não sejam corrompidos nem degradados. Isso acontece porque os RDC-Arq gerenciam os documentos não só na fase permanente, mas também nas fases corrente e intermediária. Isso permite que o repositório garanta a autenticidade e confiabilidade dos documentos através do controle total da cadeia de custódia, conhecido também como Preservação Sistêmica. Segundo Gava e Flores (2020, p. 79):

[...] os Repositórios Arquivísticos Digitais são Repositórios Digitais que armazenam e gerenciam documentos arquivísticos digitais em todo o seu ciclo de vida, seja nas fases corrente e intermediária, seja na fase permanente. Para isso, esses repositórios devem gerenciar os documentos e metadados de acordo com as práticas e normas da Arquivologia, além de proteger as características desse tipo de documento, principalmente em relação à autenticidade e relação orgânica.

A garantia da autenticidade na fase permanente não é suficiente para a credibilidade do documento, existe a necessidade da cadeia de custódia atuar por

todo o ciclo de vida do documento. FLORES; ROCCO; SANTOS (2016 apud GAVA; FLORES, 2020, p. 88) reiteram:

A cadeia de custódia de documentos arquivísticos tradicionais, para ser confiável, deve ser mantida por meio de uma linha ininterrupta, compreendendo as três idades do arquivo: fases corrente, intermediária e permanente. Dessa forma, a confiabilidade ocorre por intermédio da própria instituição que tem a responsabilidade sobre a produção, gestão, preservação e acesso aos documentos arquivísticos.

Conclui-se que a descrição do documento fotográfico é essencial para a difusão e recuperação da informação, necessitando de uma plataforma de descrição arquivística em sistemas informatizados e que siga as normas de descrição – a exemplo da NOBRADE -, nesse caso, escolhemos o AtoM (ICA-AtoM). Entretanto, para poder preservar um documento digital a longo prazo, é necessária a manutenção da cadeia de custódia, e estar localizado em um repositório digital confiável, que é o caso do RDC-Arq. A seção vindoura é a da Metodologia, que aborda os tipos de pesquisa de acordo com os diferentes pontos de vista e descreve cada etapa do processo de produção do trabalho.

3 METODOLOGIA

Esta Pesquisa tem o objetivo de desenvolver argumentos que justifiquem a importância da descrição arquivística em fotografias digitais. Dessa maneira, do ponto de vista de sua natureza, é uma Pesquisa Básica, pois não tem o objetivo de uma aplicação prática específica. Do ponto de vista da forma aplicada do problema, ela é qualitativa, pois tem o objetivo de interpretar os fenômenos através de seus significados não estatísticos. Do ponto de vista de seus objetivos, é uma Pesquisa Explicativa, porque utilizará do método observacional com o objetivo de explicar a razão do conteúdo. E do ponto de vista dos procedimentos técnicos, é uma Pesquisa Bibliográfica, pois utilizará de materiais já publicados de maneira analógica quanto digital para enriquecer o conteúdo do trabalho.

1ª Etapa – Levantamento bibliográfico e seleção do material: foi feita uma busca das bibliografias que se encaixam na temática do trabalho, a fim de criar um

embasamento teórico para a conclusão das análises dos objetivos. A coleta de dados foi feita no âmbito nacional e internacional, através de periódicos, revistas, repositórios de universidades, livros, dissertações, monografias, teses, Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, Normas de descrição arquivística, disponibilizadas no Arquivo Nacional, entre outras anotações adquiridas durante o curso de Arquivologia.

2ª Etapa – Leitura, interpretação, análise e sistematização das informações:

nessa etapa foi realizado uma grande leitura dos dados coletados com o objetivo de adquirir informações sobre as temáticas relacionadas e também selecionar as informações relevantes para a execução do trabalho.

3ª Etapa – Análise e seleção do conteúdo:

após a leitura da bibliografia, foi feito fichamentos de cada bibliografia selecionada, a fim de embasar melhor a compreensão dos temas e facilitar as citações utilizadas durante o trabalho.

4ª Etapa – Elaboração do estudo explicativo –

ocorreu através da síntese do material fichado de toda a bibliografia, separando durante as subseções da Análise e Discussão dos Resultados. Desenvolvendo, portanto, a redação presente no capítulo de análise e de considerações finais.

A coleta de dados foi feita através de pesquisa na plataforma do Google Acadêmico, Normas do Arquivo Nacional e artigos publicados pela Revista Informação, Repositório da UNESP, Repositório da UNB, Repositório da UFES, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), além de pesquisas simples no Google.

A planificação dos dados foi feita em documento de *Word* para editar e armazenar os fichamentos feitos na bibliografia coletada. Os documentos selecionados foram armazenados em uma pasta no Explorador de Arquivos do Windows 10. Foi utilizada a plataforma More, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), para a elaboração das referências bibliográficas.

As etapas da pesquisa seguirão o cronograma abaixo, dividindo-se em oito meses:

QUADRO 1 – Cronograma da pesquisa (Continua)

MESES								
Etapas	1	2	3	4	5	6	7	8
1. Levantamento Bibliográfico								
2. Revisão da Literatura								
3. Produção da análise dos dados e dos resultados obtidos								
4. Revisão da redação								
5. Entrega ao orientador								
6. Revisão Final								

A metodologia utilizada na Pesquisa Básica, Qualitativa, Explicativa e Bibliográfica, como visto acima, foi dividida em quatro etapas, ao longo de oito meses. Dito isso, a seção seguinte é a da Análise e Discussão dos Resultados, que abarca sobre a síntese dos dados coletados referentes aos objetivos específicos desta pesquisa.

4 A DESCRIÇÃO DAS FOTOGRAFIAS DIGITAIS

Esta seção se trata da síntese e do debate acerca dos resultados, que foram encontrados na coleta de dados. O atingimento dos objetivos específicos, explicitados na seção da Introdução, será dividido em cinco subseções, que analisam o material coletado e discorrem sobre os resultados obtidos.

4.1 DOCUMENTO FOTOGRÁFICO X DOCUMENTO FOTOGRÁFICO ARQUIVÍSTICO

É importante saber distinguir o que é um documento fotográfico e o que é um documento fotográfico arquivístico, principalmente na internet globalizada, que possui uma facilidade de reprodução de documentos fotográficos. Entretanto, os documentos fotográficos arquivísticos são os que necessitam de uma descrição arquivística, fazendo parte de um sistema de gestão de documentos, o que os diferencia da maioria das fotografias capturadas.

O documento fotográfico está ligado com o registro de uma memória, pois, segundo Benjamin (1987 apud MANINI, 2011, p. 78), a fotografia é “imagem do passado”, e ela tem a capacidade de suspender num objeto um recorte de espaço/tempo. Dessa maneira, a fotografia, por ser dotada desse caráter, se torna um objeto de memória e, portanto, um documento

Para Dubois (apud MANINI 2011, p. 79), não se pode “pensar a fotografia fora do ato que a torna possível”. Logo, é “impossível dissociar o conteúdo da imagem de sua contextualização histórica”. Dubois faz uma relação da imagem fotográfica com o conteúdo nela representado e, para isso, “articula três abordagens possíveis da imagem fotográfica, baseadas na teoria peirceana dos signos” (MANINI, 2011).

Primeiro, ele classifica a fotografia como ícone, que representa a realidade, o “espelho do real” e caracteriza a fotografia como semelhança com o referente. De acordo com Barthes, a fotografia icônica é vista como análogo do real (1984 apud MANINI, 2011, p. 79). Depois, Dubois classifica a fotografia como índice, ou seja:

Trata-se da fotografia como marca do real, marca no sentido de traço, de prova, de sinal da realidade. Esta categoria dá à fotografia a qualidade de ser vestígio, marca, registro de uma realidade. Inseparável de sua existência referencial, ela testemunha: trata-se de uma representação por conexão física com o referente. (MANINI, 2011, p. 79)

Dessa maneira, é esse tipo de fotografia que se enquadra em um documento arquivístico, pois tem o valor de provar algo, o registro da realidade vem com o caráter de prova jurídica, pois faz a ligação direta da imagem com uma atividade. Contudo, nem todas as fotografias que retratam o “espelho do real” é considerada como um índice que tenha valor de prova.

De acordo com Rouillé (apud SOARES, 2010, p. 244):

[...] a fotografia a partir de sua função elementar de registro, aprisionando-a na metafísica do ser, ou seja, nos limites de uma existência, subjugando

a realidade às coisas palpáveis e ignora um dos elementos cruciais da linguagem fotográfica: ela não representa as coisas exatamente como elas são; “o processo fotográfico é precisamente o acontecimento” que proporciona o encontro da imagem com o seu referente. A fotografia é um processo, um evento [...]

Deste modo, a imagem que transcende o mundo real, retratando situações ilógicas e extraordinárias, não será uma representação do mundo real, o que se enquadra na fotografia como símbolo de Dubois (apud MANINI, 2011, p. 79-80).

[...] trata-se da fotografia como transformação do real. A fotografia como símbolo é aquela sobre a qual recaíram elementos tais como ideologia, cultura, sociedade, estética e até mesmo técnica (um conjunto de códigos); é uma representação por convenção.

Por fim, Dubois ainda caracteriza a fotografia como um símbolo, que é uma transformação da realidade, a fotografia artística. Portanto, por não representar a realidade, essa classificação não se enquadra na linha de pesquisa deste trabalho.

O documento de arquivo é aquele produzido ou acumulado por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte (ARQUIVO NACIONAL, 2005). Dessa maneira, a fotografia é considerada documento de arquivo quando registra algo de essencial para um valor de prova jurídica e possua relação orgânica, ou seja, contextos ligados a alguma atividade, produtor e outros documentos, que a colocam num contexto de unicidade. São essas fotografias que necessitam de uma descrição arquivística a fim de identificar, explicar, recuperar e sinalizar as relações de organicidade presentes.

Qualquer imagem pode ser considerada um documento uma vez que o conceito amplo de documento diz respeito a qualquer informação registrada num suporte. Imagens como documentos de arquivo são aquelas que, além de veicular conteúdos os mais diversos, são antes e sobretudo produto das ações e transações de ordem burocrática e/ou sociocultural responsáveis pela sua produção. Relacioná-las ao seu universo ‘gerador’ deveria ser atribuição do tratamento arquivístico, a partir de uma abordagem menos naturalizada com relação a esses registros. (LACERDA, 2012, p. 285)

Entretanto, não é o que acontece nas instituições de arquivo. Normalmente, a fotografia é vista como independente dentro de suas relações orgânicas. Lacerda (2012, p. 288) acrescenta que:

Fotografias são consideradas, costumeiramente, documentos únicos, referentes ao tema ou fato visual que apresentam, produto de uma autoria que encontra no fotógrafo a personalidade criadora da imagem. Quem as utiliza para pesquisa raramente leva em conta a diferença de significado entre uma imagem tomada isoladamente e uma imagem relacionada a seu arquivo de origem. O interesse pelo valor factual do registro visual sobrepuja o significado fundamental do caráter serial e muitas vezes burocrático da produção dos documentos de arquivo. (LACERDA, 2012, p. 288)

A fotografia necessita ter sido produzida em um contexto das atividades ou funções de um órgão ou pessoa. Se um fotógrafo, contratado por uma instituição para registrar a execução de uma palestra, capturar imagens que possuam contextos com a realização do evento, como a bancada de palestrantes, os ouvintes ou do auditório, por exemplo, elas serão fotografias arquivísticas. Entretanto, se em um dado momento, o fotógrafo registra uma foto de um pássaro que passou pelo local, essa imagem não terá sido produzida ou recebida na consecução das atividades e funções da instituição que está produzindo o evento, portanto não será considerada um documento de arquivo.

A gestão de documentos fotográficos se inicia por sua produção ou aquisição, que podem ser produzidos pela própria instituição ou pessoa, recebidos como doação, adquiridos através de compra dos direitos autorais dos autores, contendo a autorização do uso e da reprodução dos documentos cedidos à instituição. É dever da instituição manter a autoria da fotografia, que ficará exposta após a atividade da descrição, no caso das digitais/digitalizadas. Após o ingresso na instituição, o documento deve ser organizado por duas razões: facilitar o acesso à informação e a recuperação do documento e garantir a preservação dos documentos, racionalizando sua manipulação a fim de ter boas condições de instalação e armazenamento (BOADAS; CASELLAS; SUQUET, 2001).

Para organizar um documento fotográfico é necessário vinculá-lo a seus conjuntos documentais, que são formados através de um processo lógico de acumulação. Eles se dividem em dois: os fundos documentais e as coleções.

Los **fondos documentales** tienen un origen orgánico, es decir, se han formado de forma natural como consecuencia y reflejo de las actividades realizadas por una persona física o jurídica.

Las **colecciones** son conjuntos de documentos que resultan de la voluntad o de las preferencias de una persona determinada. Por tanto se distinguen de los fondos porque su formación no resulta del ejercicio de una actividad regular, sino que son fruto de un proceso de creación

intelectual y como tales son objeto de protección [...] (BOADAS; CASELLAS; SUQUET, 2001, p.113-115, grifo nosso)

Os fundos são acumulados de maneira natural como reflexo das atividades, já as coleções são propositalmente acumuladas, uma criação intelectual, o que não a impede de ser organizada em função de uma atividade específica. Por isso, segundo Malverdes (2016, p. 3):

Uma instituição arquivística pode abrigar coleções — conjuntos que não correspondem aos princípios da organização de arquivos —, embora isso não seja sua função formal. Essa é uma realidade comum; as coleções podem ser encontradas, principalmente, nos arquivos históricos e/ou como parte de fundo pessoal ou familiar.

Após organizadas, as fotografias devem ser classificadas pelo ponto de vista de seus conjuntos documentais, separando os fundos das coleções. No plano de classificação, os documentos fotográficos são separados em séries, de acordo com as atividades e funções de sua produção e também pelos tipos documentais – retrato, paisagem, cartão-postal – e também pelos formatos (positivo, negativo, diapositivo etc.). Com os documentos já catalogados, eles necessitam de uma descrição, com o objetivo de facilitar a busca de documentos, recuperar a informação de seus conteúdos, auxiliar na gestão documental, identificar cada série e item, explicar o contexto dos documentos, explicar as relações com outros documentos e seus produtores, seguindo normas específicas.

A gestão documental das fotografias segue com o processo de avaliação, que deve ser feito por uma Comissão, a fim de decidir os documentos que serão preservados e os que serão eliminados. Isso se dá através da produção de uma Tabela de Temporalidade, que vai determinar o ciclo de vida de cada documento produzido na instituição. Ela determinará quais fotografias são arquivos corrente, intermediário e permanente. As fotografias que serão eliminadas só poderão ser aquelas que foram produzidas pela instituição custodiadora, logo, as fotografias cedidas com direito autoral não poderão ser eliminadas, possuindo caráter histórico e permanente. Por fim, os documentos de cunho permanente devem ser recolhidos preservados por um repositório, que pode ser na própria instituição ou em um Arquivo Público. No caso das fotografias digitais, devem ser recolhidas para um Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq), de acordo com a Resolução nº 43, de 04 de

setembro de 2015 (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2015), que será discutido na subseção de preservação (4.5) mais à frente.

Portanto, o documento fotográfico arquivístico deve ser distinguido do documento fotográfico, pois há a necessidade de se compreender os contextos de produção administrativa daquela imagem, saber o porquê ela foi produzida para assim poder facilitar a análise documental do conteúdo representado. Essa distinção também é importante para o usuário compreender os procedimentos adotados durante a cadeia de custódia daquele documento e entender o porquê daquele documento estar disponível para a pesquisa.

4.2 AS ESPECIFICIDADES DAS FOTOGRAFIAS DIGITAIS

A fotografia analógica necessita de um suporte para ser visualizada, seja ele papel fotográfico, filme de negativo, cromo etc. A fotografia digital não é diferente, ela possui um suporte digital ou formato digital, que é representado por um padrão de metadados. Ou seja, a fotografia digital possui especificidades que a analógica não tem e, dessa forma, precisamos compreender esses dados específicos voltados para a fotografia.

Segundo Batista (2011), os formatos de arquivo mais comuns são RAW, TIFF e JPEG. O formato RAW, traduzidos para o português como “crus”, são arquivos brutos, exatamente da maneira que foram capturados, eles são como se fosse um “negativo digital”. Entretanto, o formato RAW não é um negativo, pois são apenas dados de elaboração e não possuem forma fixa e conteúdo estável. Esse formato captura muito mais informações da luminosidade do ambiente, permitindo que o fotógrafo edite as altas ou baixas luzes em uma imagem. Também permite uma melhor resolução da imagem capturada, dependendo do suporte em que ela está disponível (BATISTA, 2011, p. 6).

O formato TIFF (*Tagged Image File Format*) pode ser utilizado com ou sem perda de informação e o seu diferencial é que tem a capacidade de armazenar imagens true color (de 24 ou 32 bits), sendo o formato mais utilizado em gráficos. Esse formato produz arquivos bem maiores que o formato RAW, pois é possível incluir campos informativos nos metadados. Também não perde informações durante sua reprodução. Sua principal desvantagem é que o armazenamento e a edição das

imagens nesse formato geram uma grande quantidade de espaço no *HD* de um computador. (BATISTA, 2011)

O RAW, segundo Figueiredo (2013, p. 11), “é o formato que fornece melhor qualidade de imagem mas que não preenche os requisitos para arquivo, por ser um formato nativo das câmaras, como tal é um formato em bruto, que ainda não foi tratado a fim de ajustar os parâmetros da captura.”, portanto, a entrada da fotografia em um ambiente arquivístico não pode ser feita pelo RAW, já que é “um formato que permite interferir no ato de criação do fotógrafo, o que não compete ao arquivo.” (FIGUEIREDO, 2011, p.11).

Já o formato em JPEG (*Joint Photographic Experts Group*) não é considerado um formato como os outros, pois ele é um método de compressão de arquivos, que compacta as informações inicialmente captadas no formato RAW, entretanto, ainda assim, proporcionam uma visualização das imagens em ótima qualidade. Porém, a cada vez que uma mesma imagem é salva em JPEG, perde-se a qualidade de definição, logo a imagem é deteriorada com o passar de sua reprodução. (BATISTA, 2011, p. 6)

As fotografias digitais necessitam de uma padronização dos metadados a fim de sistematizar o processo e facilitar o compartilhamento de informação. É por isso que existe um padrão nos metadados específicos das fotografias digitais.

Para Siqueira e Modesto (2011, apud Santos 2017, p.9), os metadados são “[...] informações estruturadas que descrevem, identificam, localizam ou tornam mais fácil a recuperação, o uso ou o gerenciamento de fontes de informação digital [...]”, eles têm o objetivo de caracterizar uma informação. Os metadados podem ser classificados de três maneiras diferentes: descritivos, estruturais e administrativos. Dessa maneira, acrescenta Lourenço (2005 apud SANTOS, 2017, p.10-11):

Os **metadados descritivos** são utilizados para descrever um objeto digital, identificando através de “etiquetas” colocadas antes de dados relevantes (exemplo: autor, título, assunto) visando uma melhor recuperação deste recurso informacional [...]

Os **metadados estruturais** têm por função estruturar a apresentação dos objetos digitais contidos nas páginas da web, de maneira que estes possam interagir entre si, proporcionando uma melhor recuperação da informação eletrônica [...]

E finalmente, os **metadados administrativos** que irão identificar dados que servirão, não para descrição dos objetos digitais, mas para sua preservação, para controle de usos deste objeto digital.

O Quadro 2 se trata da classificação de metadados de Gilliland (2008 apud, SANTOS, 2017, p. 12), que acrescenta os metadados de conservação e de uso, e classifica os estruturais como metadados de técnica. Para ele, os metadados administrativos são apenas os utilizados no gerenciamento e administração, já a parte de preservação entra na seção dos metadados de conservação.

Quadro 2 – Classificação de metadados de Gilliland (2008)

Categoria	Definição	Exemplos
Administrativa	Metadados usados no gerenciamento e administração dos recursos informacionais	Aquisição de informação Direitos de reprodução Critérios de seleção para digitalização etc.
Descritiva	Metadados usados para descrever e identificar informações sobre recursos	Catálogo de registros Diferenças entre as versões Relação dos <i>hyperlinks</i> com os recursos Anotações dos criadores e usuários Índices especializados etc.
De Conservação	Metadados relacionados à conservação de recursos de informação	Documentação das condições físicas dos recursos etc.
Técnica	Metadados relacionados ao funcionamento do sistema e comportamento dos metadados	Hardware e software Dados de segurança Documentação etc.
De Uso	Metadados relacionados ao nível e tipo de uso dos recursos informacionais	Registros de exibição Sumário de reuso e de versões etc.

FONTE: Gilliland (2008 apud SANTOS, 2017, p. 12)

Os padrões de metadados voltados para a fotografia são o EXIF, IPTC e XMP. O padrão de metadados EXIF é utilizado para especificar as imagens no momento da captura, seja por uma câmera digital ou por um escâner. Para Simionato (2012 apud DIAS, 2020, p. 22):

[...] é uma especificação orientada por fabricantes de câmeras digitais, que gravam informações técnicas de captura da imagem junto ao arquivo da imagem propriamente dita na forma de metadados etiquetados. EXIF foi criado pela Japan Electronic Industries Development Association (JEIDA). Os dados são descritos por etiquetas de metadados definidas no padrão EXIF que vão além da data e hora da captura para incluir informações de interesse do fotógrafo (profissional ou amador) que costuma manter os dados de suas fotos anotadas.

O EXIF é importante para os fotógrafos profissionais ou amadores, pois registra as configurações técnicas da câmera no momento da captura. Segundo Santos (2017, p. 20):

As informações do formato EXIF são importantes no momento do tratamento informacional de fotografias e podem auxiliar na sua recuperação, pois identificam os metadados técnicos da imagem, como modelo da câmera utilizada, data e hora do original, modelo da lente, entre outros [...]

Os dados do formato EXIF são expostos em etiquetas de metadados, que podem ser visualizadas em softwares de reprodução de fotografias digitais, como é o caso do *Flickr*, que será melhor abordado na subseção de preservação.

Outro padrão de metadados é o *International Press Telecommunications Council* (IPTC), que foi desenvolvido com o objetivo do intercâmbio de informações de todos os tipos de conteúdo: textual, fotográfico, áudios e vídeos. Depois, aperfeiçoaram as especificações até chegar no IPTC Core, que permite não só visualizar os metadados, mas também editar e escrever novos campos em arquivos de imagens digitais. (IPTC, 2017 apud SANTOS, 2017).

Os metadados do IPTC permitem a descrição das imagens e registram as informações de administração e direitos da fotografia digital. E ainda possibilita que essas informações sejam compartilhadas junto com o arquivo que a fotografia está disponível, e de uma maneira que possa ser compreendida por outros programas computacionais e usuários (DIAS, 2020, p. 23). Existem dois tipos de armazenamento desse metadados: interna e externa.

Interna – os dados são embutidos nos arquivos das fotografias, e mantidos em formatos como TIFF, JPEG, PNG, entre outros.

Externa – em um arquivo separado do arquivo fotográfico, em um documento de formato externo de intercâmbio, normalmente XML, conforme especificado pelo IPTC. (DIAS, 2020, p. 23)

O *Extensible Metadata Platform* (XMP) foi criado pela empresa *Adobe Systems* e também tem o objetivo de embutir os metadados das fotografias digitais e possui um padrão de descrição a fim de ter um intercâmbio de informações com os metadados incluídos no próprio formato da fotografia.

Uma grande vantagem do padrão XMP é que ele é facilmente lido nos padrões EXIF e IPTC.

Nos softwares que utilizam o XMP, os metadados armazenados em outros formatos, como EXIF e IPTC, são sincronizados e descritos como XMP, lembrando que os metadados IPTC requerem o preenchimento manual por quem estiver tratando a imagem, para fins de recuperação. Ele transfere os valores dos metadados de outros formatos para o XMP por ser um padrão mais flexível. (ADOBE, 2014 apud SANTOS, 2017, p. 23).

De acordo com os resultados da análise de Santos (2017), dos 16 elementos do padrão de metadados do EXIF, 15 se apresentam do tipo técnico, segundo as classificações de Gilliland (2008). Somente o metadado de **Data/Hora do original** se enquadra como metadado de uso, “pois, este elemento registra o momento que a fotografia foi capturada pelo equipamento, é por meio dele que se faz o registro de criação da obra, trazendo assim informações sobre o registro da imagem.” (SANTOS, 2017, p. 28). Dessa maneira, o formato EXIF não é tão significativo para o uso em instituições arquivísticas, pois não possuem informações sobre os direitos de reprodução, descrição do conteúdo, relação com outros documentos, condições de uso, por exemplo. São mais utilizados para o armazenamento e visualização entre os fotógrafos, ou seja, na área técnica.

Os nove elementos dos metadados do padrão XMP (do conjunto *XMP namespace*) se dividem em três das cinco classes de Gilliland: administrativo, descritivo e técnico. E trinta elementos do padrão IPTC Core se dividem nas cinco classes de Gilliland: administrativo, descritivo, técnico, de uso e de conservação. Dessa maneira, o padrão de metadados IPTC Core é o mais indicado para as instituições de guarda de fotografias digitais, pois possui campos de informações que se enquadram em 6 das sete atividades arquivísticas: Produção, Aquisição, Classificação, Descrição, Difusão e Conservação.

4.3 AS NORMAS DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA QUE SE ENQUADRAM NAS FOTOGRAFIAS

A ISAD (G) foi desenvolvida para normatizar a descrição arquivística a nível internacional, como seu próprio nome define, é a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística, que define as diretrizes gerais que podem ser utilizadas em diferentes formatos, suporte e tipos documentais. Entretanto, por ser uma norma geral e internacional, ela depende das especificações documentais de cada país ou região. De acordo com Botão (2011, p. 51):

A ISAD (G), exatamente por pretender ser internacional, aplicável a todos os tipos de materiais arquivísticos, utilizável tanto em sistemas manuais quanto automatizados de descrição, tem um alto grau de generalidade definindo apenas a macroestrutura da descrição, deixando a definição quanto a procedimentos específicos para outras esferas de decisão, nacionais ou institucionais.

É nesse contexto que surge a NOBRADE, que não é uma interpretação da ISAD (G), pois há o acréscimo de uma área e dois elementos, além de mais um nível de descrição, explicitado anteriormente na seção 2 deste trabalho. Como a própria norma define:

Normas para descrição de documentos arquivísticos visam garantir descrições consistentes, apropriadas e autoexplicativas. A padronização da descrição, além de proporcionar maior qualidade ao trabalho técnico, contribui para a economia dos recursos aplicados e para a otimização das informações recuperadas. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2013)

Existem outras normas arquivísticas conhecidas, como é o caso da ISAAR(CPF), que tem o objetivo de registrar autoridades e pontos de acesso consistentes, ISDIAH, que tem o objetivo de registrar instituições com acervos arquivísticos conectá-las através de uma norma, e também a ISDF, que tem o objetivo de descrever as funções de entidades coletivas voltadas para a produção e manutenção e arquivos.

É dessa maneira que as normas ISAD (G) e a NOBRADE são recomendadas para a descrição de um acervo fotográfico, pois têm o objetivo geral de descrever os documentos ou o conjunto deles em uma instituição arquivística, o que se aplica para o caso da espécie fotografia.

A NOBRADE possui 7 campos obrigatórios, dos 28 elementos, a serem preenchidos com os metadados dos documentos, são eles: código de referência; título; data(s); nível de descrição; dimensão e suporte; nome(s) do(s) produtor(es); e condições de acesso. Também possui 6 níveis de descrição: acervo da entidade custodiadora (nível 0); fundo ou coleção (nível 1); seção (nível 2); série (nível 3); dossiê ou processo (nível 4); e item documental (nível 5).

As fotografias, na maioria das vezes, se encaixam como coleção e não como um fundo, pois representam um “conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente” (ARQUIVO NACIONAL, 2005). Normalmente estão presentes em um álbum fotográfico, relacionadas ao mesmo assunto e, quando se relacionam a um fundo documental, normalmente estão anexadas a um documento textual. Para Flores, Pavezi e Perez (2009, p. 200):

Também está se ampliando a utilização da documentação fotográfica como subsídio para a pesquisa em diversas áreas e, ao mesmo tempo, não há um modelo padronizado de descrição para materiais fotográficos. Normalmente, as instituições criam os seus próprios modelos, adaptam os já existentes ou utilizam modelos que não são especificamente concebidos para descrever coleções de fotografias.

Dentro dessas coleções fotográficas, os documentos podem ser divididos em dossiês (nível 4) e item (nível 5). Os álbuns se encaixariam entre os dossiês, por serem um conjunto de itens fotográficos. Entretanto, os campos obrigatórios da NOBRADE não são suficientes para a descrição do documento, em alguns casos, pois ela “deve ser aplicada à descrição de qualquer documento, independente de seu suporte ou gênero. Informações específicas para determinados gêneros de documentos podem e devem, sempre que necessário, ser acrescentadas” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2013, p. 19).

Em um documento textual, por exemplo, a interpretação do conteúdo é mais objetiva, pois aquele documento foi produzido para representar uma atividade, exatamente como está disponível naquele suporte. No caso das fotografias existe o fator da arbitrariedade, isso se dá porque um registro fotográfico pode conter ambiguidades na imagem, seja pelo ângulo da foto, iluminação, cromia etc. É por isso que a descrição de uma imagem deve ser altamente isenta e imparcial, mesmo que na foto aparente algo completamente diferente da atividade a que se refere.

O campo “Âmbito e conteúdo” (3.1) não é considerado obrigatório para a descrição de documentos, contudo, para as fotografias, principalmente quando contém pessoas na imagem, ele é essencial para a interpretação do documento. A ambiguidade de interpretação do documento só aparece no nível 5 de descrição, pois é onde ela deve ser mais específica quanto ao conteúdo.

A seguir, a Figura 1 como um exemplo de item documental a ser descrito:

Figura 1 - Discurso do ministro Dias Leite



Fonte: DISCURSO (1970)

A seguir, o Quadro 3 exemplifica a descrição da Figura 1, seguindo os campos da NOBRADE:

Quadro 3 – Planilha com os campos da NOBRADE

1 Área de Identificação	
1.1 Código de referência	I.F.0231-02 (De acordo com a código da própria instituição custodiadora)
1.2 Título	Discurso do ministro Dias Leite
1.3 Data(s)	09/07/1970
1.4 Nível de descrição	Nível 5
1.5 Dimensão e suporte	Fotografia 1 item p&b 18 x 25 cm
2 Área de Contextualização	
2.1 Nome(s) do(s) produtores	Furnas Centrais Elétricas S.A. - Furnas
2.2 História administrativa/ Biografia	
2.3 História arquivística	
2.4 Procedência	Doação de Heitor Mendes Gonçalves
3 Área de conteúdo e estrutura	
3.1 Âmbito e conteúdo	Registro do discurso de Antônio Dias Leite Júnior, Ministro de Minas e Energia, durante a cerimônia de inauguração da

	Usina Hidrelétrica Estreito, ao lado de John Reginald Cotrim, presidente de Furnas.
3.2 Avaliação, eliminação e temporalidade	
3.3 Incorporações	
3.4 Sistema de arranjo	
4 Área de condições de acesso e uso	
4.1 Condições de acesso	
4.2 Condições de reprodução	
4.3 Idioma	
4.4 Características físicas e requisitos técnicos	
4.5 Instrumentos de pesquisa	
5 Área de fontes relacionadas	
5.1 Existência e localização dos originais	
5.2 Existência e localização de cópias	
5.3 Unidades de descrição relacionadas	
5.4 Nota sobre publicação	
6 Área de notas	
6.1 Notas sobre conservação	
6.2 Notas gerais	
7 Área de controle da descrição	
7.1 Nota do Arquivista	
7.2 Regras ou Convenções	
7.3 Data(s) da(s) descrição(ões)	
8 Área de pontos de acesso e indexação de assuntos	

8.1 Pontos de acesso e indexação de assuntos	Antonio Dias Leite; Ministério das Minas e Energia; John Reginald Cotrim; Usina Hidrelétrica Estreito
--	--

Os campos que não foram preenchidos são os que não são obrigatórios ou pelo motivo de que não foram encontradas as informações necessárias no site da instituição.

No caso do campo “Âmbito e conteúdo” (3.1), a descrição do metadado é essencial para compreender quem é que está discursando e quem está ao lado, é necessário ter essas informações para identificar os personagens contidos nas imagens. Também é importante ressaltar que a arbitrariedade da fotografia pode aplicar um juízo de valor que não condiz com o conteúdo original do documento. Um exemplo seria afirmar que o ministro Dias Leite está lendo o discurso no momento daquele registro, mesmo que esteja com um papel em mãos, pois não se tem a certeza de que estava lendo o discurso exatamente no momento que aquela imagem foi capturada.

Não existe somente a ISAD (G), adaptada para a NOBRADE, como norma para descrição de acervos fotográficos, uma outra norma conhecida e utilizada é a SEPIA Data Element Set, conhecida como SEPIADES. Ela possui campos equivalentes à norma brasileira, entretanto, principalmente o campo equivalente ao “Âmbito e Conteúdo”, contém mais metadados de descrição, permitindo uma maior separação dos detalhes da descrição.

A próxima subseção abordará a utilização de um sistema de descrição informatizado, como é o caso do Atom (ICA-AtoM), que facilita o intercâmbio de dados e a recuperação da informação.

4.4 O ATOM (ICA-ATOM) COMO PLATAFORMA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

O AtoM (ICA-AtoM) é uma plataforma digital de descrição arquivística, elaborado pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA) com colaboração da UNESCO. O termo vem de “*International Council on Archives – Access to Memory*”,

sua grande vantagem é que é um software livre, gratuito, possui código aberto e contempla as normas de descrição arquivística mais conhecidas. Santos, Hedlund e Flores (2014) acrescentam quanto suas características:

- a) Possui um sistema multi-arquivos e multi-repositório, ou seja, poderemos ter diversos documentos de diversos fundos;
- b) É um software multilíngue, que permite a cada instituição fazer a sua própria tradução;
- c) É multi-plataforma, ou seja, está disponível para sistemas operacionais Linux e Windows, por exemplo;
- d) Contempla as normas internacionais para descrição arquivística: ISAD(G), ISAAR(CPF), ISDIAH e ISDF;
- e) Contempla também outras normas relacionadas como: EAD9 , EAC, METS10, MODS11 e Dublin Core12;
- f) Possui código aberto, possibilitando que qualquer pessoa com conhecimentos de programação possa manipular o código, contribuindo assim para o desenvolvimento do software;
- g) É um software livre, não há custos para usá-lo. (SANTOS, HEDLUND; FLORES, 2014, p. 289)

O AtoM (ICA-AtoM) foi criado para contemplar as normas de descrição do CIA: *General International Standart Archival Description* (ISAD (G)), *International Standart Archival Authority Record* (ISAAR (CPF)), *International Standart For Describing Institutions with Archival Holdings* (ISDIAH) e a *International Standart For Describing Functions* (ISDF).

Para as especificações dos documentos iconográficos, como dito na subseção 4.3 deste trabalho, a norma ISAD (G) é a ideal para a descrição desses documentos, pois são organizados em fundos ou coleções e divididos em itens documentais. No caso da norma específica para a realidade brasileira, o AtoM (ICA-AtoM) também contempla a NOBRADE para padronizar a descrição dos arquivos. Segundo Santos, Hedlund e Flores (2014):

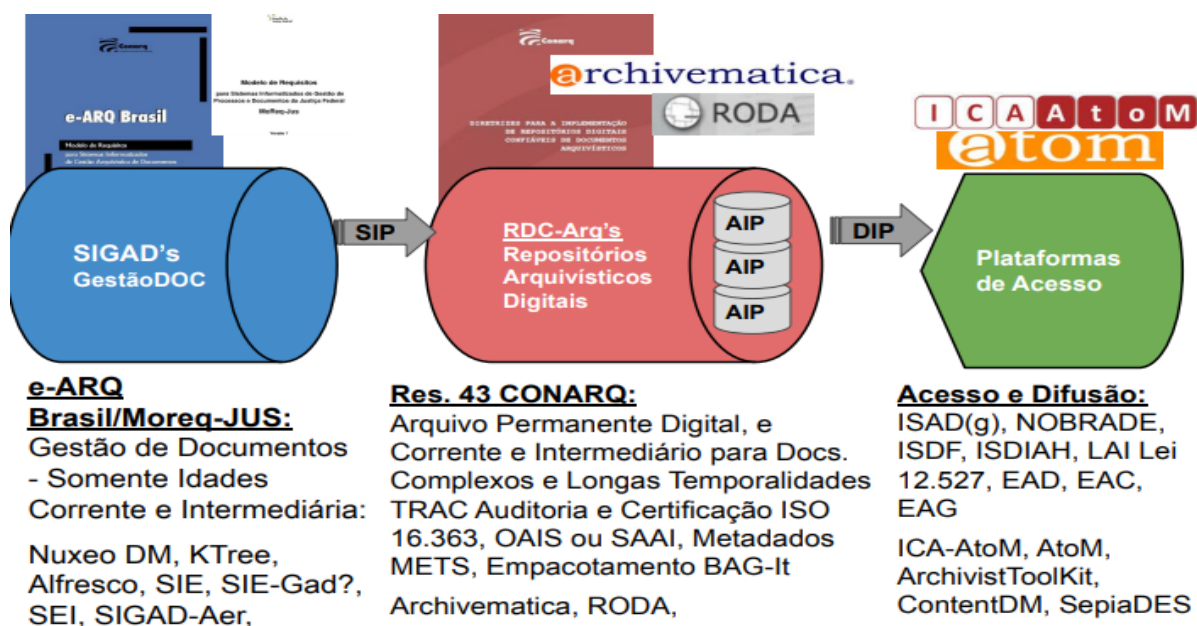
Embora os termos do ICA-AtoM sejam baseados fielmente na ISAD(G) é válido sobressaltar que a aplicação da norma é realizada com base na NOBRADE. Que se apresenta da seguinte forma NOBRADE (2006) não é uma mera tradução da ISAD(G) e sim uma adaptação das normas internacionais para a realidade brasileira. De acordo com REZENDE, F. F. P e FONSECA, R. C. (2008): a norma ISAD(G) estabelece diretrizes gerais para preparação de descrições arquivísticas, devendo ser usada em conjunção com as normas nacionais existentes ou mesmo como base para sua criação. (SANTOS; HEDLUND; FLORES, 2014, p. 11)

O AtoM (ICA-AtoM) representa um grande avanço na descrição arquivística, pois, além de digitalizar a atividade e substituir os modelos impressos, permite a descrição entre níveis e fundos diferentes, podendo relacionar o documento a uma estrutura taxonômica de fácil identificação pelo usuário. Dessa maneira, diferentemente das fichas de descrição impressas, as fichas do AtoM (ICA-AtoM) não ficam “avulsas”, sempre “linkadas” a uma série, fundo ou coleção. E essas séries e fundos sempre estão relacionadas diretamente a uma instituição custodiadora. Para Hedlund (2012 apud SANTOS, 2014, p.11):

[...] com o estudo do ICA-AtoM é possível implementar um sistema para descrição arquivística via web, para uma instituição ou acervo pessoal, atingindo milhões de pessoas em diversos idiomas, tendo um sistema seguro e de baixo custo, colocando em prática as funções arquivísticas de descrição e difusão do acervo.

O ideal é que o AtoM (ICA-AtoM), em uma estrutura de preservação digital sistêmica, seguindo o modelo *Open Archival Information System* (OAIS), contenha seus arquivos já “empacotados”. De acordo com Flores e Rodrigues (2017), a cadeia de custódia ininterrupta é uma “linha contínua de custodiadores de documentos arquivísticos (desde o seu produtor até o seu legítimo sucessor) pela qual se assegura que esses documentos são os mesmos desde o início, não sofreram nenhum processo de alteração e, portanto, são autênticos. Dessa maneira, o AtoM (ICA-AtoM) é o último processo de uma cadeia de custódia digital ininterrupta, pois o software é de acesso e difusão dos documentos, contendo os arquivos já empacotados em *Dissemination Information Package* (DIP), conforme Flores e Rodrigues (2017) exemplificam na Figura 2.

Figura 2 - Quadro de cadeia de custódia digital ininterrupta



Fonte: FLORES; RODRIGUES (2017)

As especificações dos pacotes de arquivamento SIP, AIP, DIP, ou seja, do modelo OAIS, serão abordadas de maneira mais aprofundada na próxima subseção, que trará o tema da preservação digital a longo prazo. Como visto, a plataforma do AtoM (ICA-AtoM) não tem o objetivo de preservar o documento a longo prazo, é voltada apenas para a descrição e o acesso. Entretanto, a plataforma permite uma conexão com o Archivematica, um Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq), pois é uma maneira de referenciar a autenticidade do documento.

O AtoM (ICA-AtoM) permite criar um plano de classificação para o acervo, seguindo, não necessariamente nessa ordem, de classes, subclasses, grupos, subgrupos, séries, subséries, divisões, subdivisões e itens documentais. Essa ordem taxonômica do plano de classificação fica explícita acima da ficha de descrição do documento. A seguir, é possível observar um exemplo da plataforma do AtoM (ICA-AtoM) do Departamento de Arquivo Geral da UFSM na Figura 3:

FIGURA 3 - Exemplo 1 do AtoM da UFSM

Tipo 2017.024.004.AN - "Repressão Política nas Universidades durante a Ditadura: Memória e Verdade" - seminário

[Universidade Federal de Santa Maria](#) > [Administração Geral](#) > [Organização e funcionamento](#) > [Comunicação Social](#) > [Relações com a imprensa](#) > [Entrevistas. Noticiários. Reportagens. E...](#) > [Fotografias Institucionais](#) > "Repressão Política nas Universidades ..."



Código de referência BR RSUFMS UFSM-0-1-2-1-2-ICO-2017.024.004.AN
 Título "Repressão Política nas Universidades durante a Ditadura: Memória e Verdade" - seminário

Área de transferência

[Adicionar](#)

Explorar

[Relatórios](#)

[Ver como lista](#)

[Navegar objetos digitais](#)

Exportar

[Dublin Core 1.1 XML](#)

[EAD 2002 XML](#)

Assuntos relacionados

Eventos científicos

Pessoas e organizações relacionadas

[UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA \(Brasil\)](#)

(Produtor)

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (2018)

A classificação segue pela entidade custodiadora - Universidade Federal de Santa Maria -, Classe - Administração Geral -, Subclasse 1 - Organização e funcionamento -, Grupo 2 - Comunicação Social -, Subgrupo 1 - Relações com a imprensa -, Divisão 2 - Entrevistas. Noticiários. Reportagens. Editoriais -, Subdivisão - Fotografias institucionais - e, por fim, o Item documental - "Repressão Política nas Universidades durante a Ditadura: Memória e Verdade" - seminário.

Entretanto, esse plano de classificação não fica completamente observável pelo usuário, fazendo com que a pesquisa do acervo fique um pouco limitada, dependendo bastante das ferramentas de pesquisa rápida e pesquisa avançada. A Figura 4 exemplifica esse problema no AtoM (ICA-AtoM) da UFSM.

FIGURA 4 - Exemplo 2 do AtoM da UFSM



Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA (1960-[2008?])

É possível observar o Fundo, a Classe, que se pode acessar as outras 7 através da seta, assim como as Subclasses e os Grupos. Entretanto, só aparece disponível o Subgrupo 1 - Relações com a imprensa, o que dificulta o acesso aos outros subgrupos. Há uma maneira de observar separadamente as hierarquias em “ver como lista”, podendo visualizar o quadro com: Idioma, Parte de, Produtor, Nome, Local, Assunto, Nível de Descrição e Tipo de Mídia, conforme mostra a Figura 5.

FIGURA 5 - Exemplo 3 do AtoM da UFSM

IDIOMA	▼
PARTE DE	▼
PRODUTOR	▼
NOME	▼
LOCAL	▼
ASSUNTO	▼
NÍVEL DE DESCRIÇÃO	^
<u>Todos</u>	
Tipo	33078
Subclasse	7
Classe	6
Divisão	3
Subdivisão	3
Grupo	2
Subgrupo	2
Fundo	1
TIPO DE MÍDIA	▼

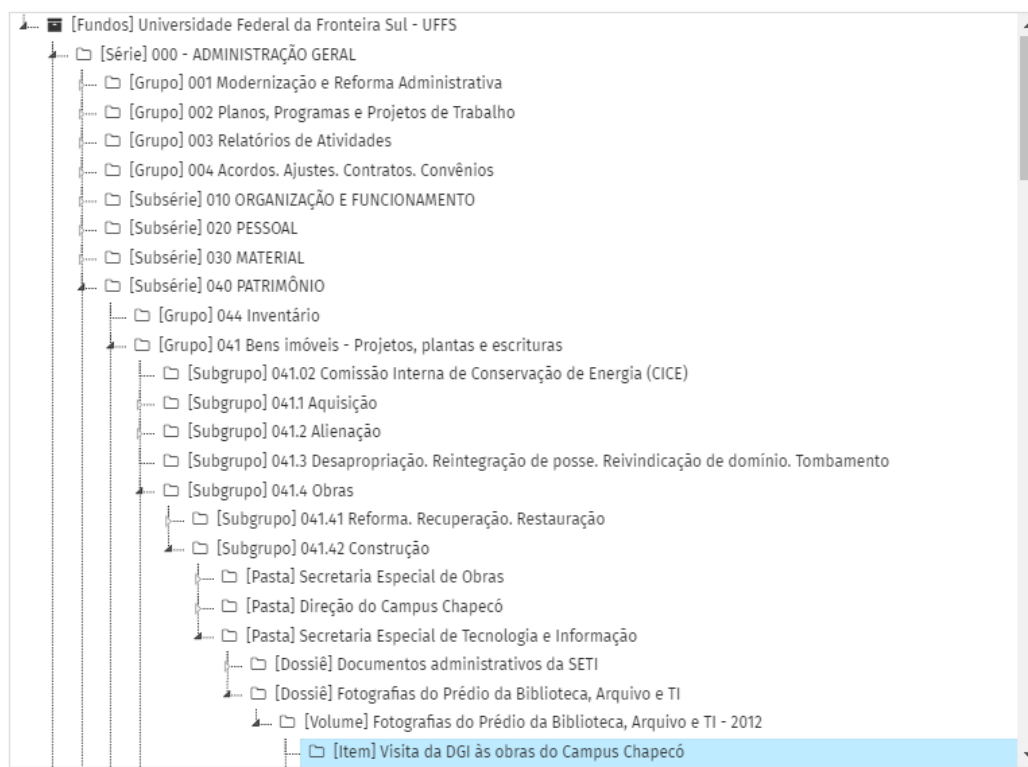
Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA ([2008?])

Contudo, os níveis de descrição aparecem fora da ordem hierárquica, sendo do tipo documental até o fundo. A explicação lógica é que o quadro não segue a ordem dos níveis de descrição e sim de quantas fichas de descrição estão relacionadas a cada nível, ou seja, da maior para a menor quantidade, o que deixa a organização do acervo um pouco confusa.

Em contrapartida, o AtoM (ICA-AtoM) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) permite visualizar o plano de classificação organizado em um organograma, como é possível observar na Figura 6:

FIGURA 6 - Exemplo do AtoM da UFFS

Item 2019-12-13/12573 - Visita da DGI às obras do Campus Chapecó



Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA DO SUL (2019)

A visualização do plano de classificação do acervo permite observar a organicidade que aquele documento possui, do fundo ao item documental. Dessa maneira, ela só é possível ser visualizada na ficha de descrição de item (nível 5) e também somente com a opção de rolar para baixo para observar toda a hierarquia do fundo. A visualização do plano de classificação da UFFS é mais adequada, pois ele é configurado em tela cheia e não em tela parcial, como é o caso da UFSM.

4.5 OS DESAFIOS DA PRESERVAÇÃO DIGITAL A LONGO PRAZO

Um dos maiores dilemas da Arquivologia digital é o tema da preservação digital a longo prazo, visto que a atualização de sistemas, softwares e hardwares é constante no meio da tecnologia da informação. Para se obter êxito com a preservação de documentos digitais, deve-se utilizar estratégias desde a produção do documento. Segundo Santos e Flores (2015):

A preservação digital é composta por procedimentos de manutenção, que podem ser denominados estruturais e por procedimentos de preservação dos componentes, os quais podem ser denominados como operacionais. Os procedimentos estruturais se referem aos estágios iniciais, definindo questões como a infraestrutura, normas, escolha de padrões, financiamentos e definição de metadados. Já os procedimentos operacionais se referem a atividades que objetivam a preservação física, lógica e intelectual dos documentos digitais através de ações como a migração, a emulação e o encapsulamento (SANTOS; FLORES, 2015, p. 203-204)

Para isso é necessário possuir uma equipe qualificada voltada para a atividade de preservação dos documentos digitais, “requer o uso de infraestrutura física e tecnológica adequada, políticas institucionais bem definidas que requeiram a conformidade com normas” (SANTOS; FLORES, 2015, p. 204) É nesse sentido que surge a estratégia de preservação sistêmica, ou seja, desde a produção do documento digital. Dito isso, Santos e Flores (2015) alertam que:

As atividades de preservação digital devem iniciar se possíveis, antes mesmo da criação do documento arquivístico. Logo, torna-se essencial considerar as potencialidades das tecnologias para manter a conformidade legal em relação às necessidades institucionais, o que vem a implicar diretamente na escolha dos sistemas informatizados de gestão, preservação e acesso (SANTOS, 2012 apud SANTOS; FLORES, 2015, p. 208)

Dessa maneira, é necessário que as instituições tenham um planejamento de preservação a longo prazo do acervo, adotando padrões que visem melhores alternativas para desafiar a troca de suporte tecnológico e também a troca de informações com outras instituições.

O planejamento leva à política de preservação digital da instituição, a fim de que crie-se uma cultura organizacional voltada para a preservação a longo prazo. Essa cultura de preservação resultará na criação dos padrões, que, de acordo com Santos e Flores (2015):

[...] o uso de padrões deve ser considerado desde a produção dos documentos, desta forma minimizam-se os riscos de obsolescências, bem como as atividades operacionais em longo prazo, salvo os casos em que se ocorra a “mudança de padrão”. Logicamente devem-se preferir os padrões abertos, de jure, e em segundo plano os padrões de facto. Observa-se que manter os documentos em formatos estáveis é fundamental para preservar seu acesso e sua fidedignidade, minimizando, por exemplo, possíveis perdas motivadas por estratégias operacionais como a migração e os custos adicionais relacionados com a emulação. (SANTOS; FLORES, 2015, p. 210)

Após as estratégias da política de preservação a longo prazo serem implantadas, o próximo passo é a transferência dos documentos para um repositório digital que os armazene e facilite as políticas e estratégias de preservação. Essa transferência para um repositório digital permite que o formato do documento e seus metadados sejam preservados, através dos padrões. Para Santos e Flores (2015):

O repositório digital deve ser o ambiente autêntico para a preservação em longo prazo, dispondo, por exemplo, de ferramentas para a implementação das estratégias de preservação e inserção de padrões de metadados. Neste ambiente todas as ações realizadas sobre os documentos digitais, como por exemplo, migrações, devem ser registradas, criando-se assim, um histórico de cada objeto digital armazenado, acrescentando confiabilidade aos conteúdos. (SANTOS; FLORES, 2015, p. 205)

Com a produção excessiva de documentos arquivísticos digitais, foi necessário a criação de estratégias de gestão e preservação desses documentos, dessa forma surge o Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD), compondo o que é conhecido como Preservação Digital Sistêmica (PDS). Para Santos, Mazuco e Flores (2020):

Já no contexto brasileiro, há o Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (e-Arq Brasil), que contempla um conjunto de requisitos para implementar um SIGAD (BRASIL, 2007). Dessa forma, o SIGAD será responsável pela gestão de documentos digitais e analógicos. No caso dos documentos analógicos, um representante digital (cópia digitalizada do documento) é capturado pelo SIGAD, e para sua identificação deve-se inserir metadados. (SANTOS; MAZUCO; FLORES, 2020, p. 256)

Uma das funções do SIGAD é garantir a autenticidade dos documentos digitais através do controle da cadeia de custódia nas fases corrente e intermediária, assim como Santos, Mazuco e Flores (2020) afirmam:

O SIGAD atende os requisitos de gestão dos documentos a partir do plano de classificação e da tabela de temporalidade e destinação de documentos. Ele gerencia o ciclo de vida dos documentos de acordo com as atividades e funções (LUZ, 2016). Ademais, o SIGAD pode ser implementado por meio de softwares como: Nuxeo DM, Alfresco, Archivista Box, Maarch, Orfeo LIBRE, entre outros. Com isso, desenvolve-se uma plataforma que engloba um conjunto de funcionalidades e métodos que promovem a eficiência administrativa. (SANTOS; MAZUCO, FLORES, 2020, p. 257)

Os documentos permanentes são indicados serem recolhidos a um RDC-Arq, conforme a Resolução 43, de 04 de setembro de 2015 (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2015), porém os documentos em fase corrente e intermediária também podem ser custodiados pelo repositório digital confiável, como explicam Santos, Mazuco e Flores (2020):

Para serem autênticos, os documentos digitais precisam receber seus metadados de gestão conforme o e-Arq. Posteriormente, devem-se inserir os metadados de representação/descrição arquivística para facilitar a busca e recuperação da informação. Portanto, os desafios proporcionados pelos documentos digitais demandam a definição de políticas com base na literatura de gestão eletrônica e preservação digital, além de considerar os fundamentos da disciplina Arquivística. Sendo assim, o arquivista precisa vislumbrar a implementação de sistemas informatizados com capacidade para produzir, capturar e armazenar os documentos digitais com alto grau de confiabilidade. (SANTOS; MAZUCO; FLORES, 2020, p. 257)

A combinação entre os sistemas informatizados SIGAD e RDC-Arq formam a Preservação Digital Sistêmica (PDS), que nada mais é que um sistema voltado para a gestão e preservação a longo prazo de documentos digitais arquivísticos.

Um dos padrões de preservação digital, que é o mais aceito pela comunidade arquivística, é o OAIS (*Open Archival Information System*), que apresenta diretrizes para a atuação de um Repositório digital confiável, visto que o OAIS não é em si um repositório, e sim apenas um modelo conceitual. Dessa maneira, Santos e Flores (2015) concluem:

A conformidade dos repositórios digitais com o modelo OAIS adiciona confiança nas ações de preservação visto que este modelo é fortemente conceituado na comunidade de preservação digital. Além disso, o modelo OAIS apresenta-se como um modelo conceitual, ou seja, a sua implementação poderá ser orientada a um repositório genérico. Com o modelo OAIS é possível escolher um padrão entre diversos padrões de metadados, assim como os softwares responsáveis pelas estratégias de preservação. Desta forma, a garantia de acesso em longo prazo dependerá da eficácia das ferramentas que executam as estratégias, por isto é de extrema importância que exista uma avaliação criteriosa e uma verificação constante destas ferramentas. (SANTOS; FLORES, 2015, p. 208)

O modelo OAIS direciona as instituições a utilizarem um processo de empacotamento de dados, mas, antes disso, ele indica as entidades: Produtor, Administrador e Consumidor. De acordo com Flores, Pradebon e Cé (2017)

O produtor é o papel desempenhado por pessoas ou sistemas externos que fornecem a informação a ser preservada. Nesse caso, os produtores podem ser tanto os sistemas de produção de documentos digitais quanto os indivíduos que estão diretamente ligados a sua produção. O Administrador é o papel desempenhado por aqueles que definem a política em um nível mais amplo, como parte de uma organização. Como, por exemplo, a política de gestão e de preservação digital, que deve ser desenvolvida pelo arquivo com o apoio da alta administração a fim de ser a principal fonte de financiamento de um OAIIS. No entanto, não está envolvida diretamente nas operações de arquivo do dia-a-dia. O consumidor é o papel desempenhado por pessoas que procuram encontrar informações de seu interesse, através de pedido de informações ou por plataformas que viabilizam o acesso aos documentos. (FLORES; PRADEBON; CÉ, 2017, p. 75)

Com isso esclarecido, cada entidade possui um pacote que armazenará os arquivos, sendo cada um independente, mas contendo a mesma informação. Os pacotes são o SIP (*Submission Information Package*), AIP (*Archival Information Package*) e o DIP (*Dissemination Information Package*).

O pacote SIP é enviado pelo produtor, é o pacote de submissão, “que fornece as evidências de autenticidade necessárias para a sua aceitação. Sendo que, o recebimento da submissão representa a transferência legal de custódia para o Arquivo responsável.” (FLORES, PRADEBON; CÉ, 2017, p. 75). Portanto, esse envio do pacote à Administração é caracterizado como a transferência do acervo ao repositório.

O pacote AIP é o de arquivamento, mantido pelo Administrador e criado como garantia da autenticidade do SIP, para Flores, Pradebon e Cé (2017),

[...] atende a padrões de dados estabelecidos por uma política de arquivo, definida pela Administração: formato de arquivo, informações de representação, dentre outros. Por conseguinte, são extraídas Informações Descritivas dos AIPs. Isso inclui metadados para a busca e recuperação de AIPs (por exemplo, procedência, classificação, data, hora, localização), e também pode incluir miniaturas de imagens. Por fim, os AIPs são transferidos para a Área de Armazenamento e as Informações Descritivas para o Gerenciamento de Dados. Na entidade funcional Área de Armazenamento são executadas as funções necessárias para receber, armazenar e recuperar AIPs para acesso, além de efetuar medidas rotineiras de manutenção. (FLORES; PRADEBON; CÉ, 2017, p. 76)

O pacote DIP é o de disseminação, que é o pacote acessado pelo Consumidor, no caso são as plataformas de difusão e acesso que contém o arquivo empacotado pelo DIP, que é gerado a partir do AIP. Segundo Flores, Pradebon e Cé (2017):

O DIP é o “pacote de informação gerado a partir do AIP, entregue ao usuário do repositório na sequência de uma operação de pesquisa sobre o catálogo do repositório” (CCSDS, 2012, tradução nossa). Na entidade funcional Acesso são coordenados os pedidos de informações para execução de solicitações bem-sucedidas, gerando respostas (DIPs) e entregando-as aos Consumidores (CCSDS, 2012). (FLORES; PRADEBON; CÉ, 2017, p. 76)

O pacote DIP, como dito anteriormente, é como os arquivos são dispostos no AtoM (ICA-AtoM), que é uma plataforma utilizada paralelamente ao modelo OAIS, como é o caso do Repositório arquivístico digital confiável Archivematica.

O Archivematica é o Repositório arquivístico digital confiável (RDC-Arq) mais popular entre as instituições arquivísticas e é utilizado seguindo o modelo OAIS, a fim de obter a preservação a longo prazo dos documentos digitais. De acordo com Fontana et al (2014, p. 72):

O Archivematica utiliza um padrão de micro-serviços que oferece um conjunto integrado de ferramentas de softwares que permite aos produtores no momento da inserção dos pacotes de informação migrar e converter os arquivos para formatos definidos pelo administrador, que podem ser estipulados previamente como padrões abertos e livres, visando a preservação e acesso a longo prazo, em conformidade com as recomendações do modelo conceitual OAIS.

A plataforma do Archivematica recebe os documentos do Produtor em formato SIP, os transforma em pacote AIP e disponibiliza os documentos em formato do pacote DIP para o AtoM (ICA-AtoM), como plataforma de acesso e disseminação. Vale ressaltar que o repositório, segundo o modelo OAIS, é o Administrador e, portanto, armazena somente os pacotes AIP.

A ideia da Cadeia de Custódia Digital Arquivística (CCDA) deve ser propagada, pois ela busca a manutenção da autenticidade e confiabilidade não só dos registros fotográficos, mas também dos documentos digitais arquivísticos no geral, garantindo a custódia desde o produtor até o preservador.

A seção 4 discute sobre a distinção do documento fotográfico em si para o documento fotográfico arquivístico, aborda as especificações técnicas contidas em uma fotografia digital, também traz as normas utilizadas para a descrição de documentos fotográficos e as plataformas de acesso e preservação a longo prazo. A próxima seção é a 5, referente às considerações finais, contendo os resultados obtidos através da pesquisa bibliográfica, dividida entre as subseções deste trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral de averiguar a importância da descrição arquivística nas fotografias digitais foi alcançado totalmente, seguindo os tópicos dos fundamentos da descrição arquivística e que eles também se encaixam nas fotografias, os formatos de documentos digitais específicos para as fotografias, que possuem metadados descritivos. As normas de descrição arquivística, que se enquadram nas fotografias digitais, bem como a plataforma de acesso ao documento e à descrição. E a distinção das fotografias normais das fotografias arquivísticas, estas que devem ser preservadas em Repositórios Digitais Confiáveis (RDC-Arq).

A fotografia é um documento, pois registra uma informação em um suporte. Para ser considerada um documento de arquivo, deve ser produzida em um contexto de atividades de uma pessoa física ou jurídica, possuindo valor de prova jurídica, relações de proveniência, organicidade com outros documentos. As fotografias se distinguem em dois conjuntos documentais: fundos e coleções. Os fundos são acumulações de maneira natural, seguindo o contexto de sua atividade de produção, já as coleções são acumuladas propositalmente, seguindo as vontades e escolhas de uma pessoa física ou jurídica. Uma vez considerada documento de arquivo, ela deve passar pelo processo de gestão documental, desde a aquisição até a preservação a longo prazo em um repositório confiável.

As especificidades das fotografias digitais se caracterizam pelos diferentes formatos de armazenamento utilizados, são eles RAW, TIFF e JPEG. O RAW armazena a fotografia da maneira que ela é capturada pela câmera e permite o fotógrafo controlar as especificações de iluminação. O TIFF permite um armazenamento bem maior, possibilitando mais informações na imagem e não perdendo informações durante as reproduções, entretanto ele ocupa um espaço muito grande no *HD* do computador, o que dificulta sua manipulação. Já o formato JPEG compacta as informações de captura (RAW), de uma maneira que a visualização é bem satisfatória. Porém, a cada vez que o arquivo é salvo, ele vai se degradando, ou seja, perdendo informações. Os metadados utilizados em fotografias são o EXIF, XMP e IPTC Core, sendo o último mais aconselhável para a utilização em instituições de

gestão de documentos, pois possui seis das sete funções da arquivologia especificadas nos seus metadados.

As normas de descrição arquivística ISAD (G) e NOBRADE são as mais recomendadas para a descrição de documentos fotográficos, sejam eles analógicos ou digitais. Isso se dá porque elas são voltadas para a descrição de documentos e conjuntos documentais custodiados por uma instituição arquivística. Os 7 elementos obrigatórios da NOBRADE não são suficientes, em todos os casos, para a descrição de uma imagem, pois ela é dotada de arbitrariedades e ambiguidades que não se encontram em documentos textuais. Para isso, é necessário utilizar o campo 3.1 da norma (Âmbito e conteúdo) para uma melhor explicação do conteúdo presente no documento, de uma maneira imparcial e que não aplique juízo de valor ao registro específico de um momento de uma ação, que é o caso das fotografias.

O AtoM (ICA-AtoM) é uma plataforma de descrição arquivística, acesso e difusão do acervo, pois é um software livre, gratuito e aberto para personalização de acordo com as especificidades de cada instituição. O AtoM (ICA-AtoM), por ser uma plataforma de difusão, e seguindo as especificações do modelo OAIS de preservação digital através da cadeia de custódia ininterrupta, necessita que os arquivos sejam disponibilizados em forma de empacotamento DIP, justamente porque a cópia autoritária não estará disponível no software e sim em um RDC-Arq, como é o caso do Archivematica, que possui conexão direta com o AtoM (ICA-AtoM), a fim de preservar a autenticidade do documento. Entretanto, alguns pontos de apresentação na plataforma poderiam ser melhorados, como é o caso de uma melhor visualização do plano de classificação da instituição ou, caso não possua, pelo menos o organograma hierárquico que os acervos se distribuem.

A preservação digital a longo prazo é, talvez, o maior desafio acerca da Arquivologia digital e, portanto, necessita de normas e padrões que estabeleçam uma política de preservação sistêmica, desde antes da produção do documento. O modelo de preservação mais aceito pela comunidade acadêmica é o OAIS, que estabelece a divisão entre 3 entidades: Produtor, Administrador e Consumidor, sendo cada uma possuindo um pacote específico onde o documento fica armazenado. Essa tríade forma um esquema de Repositório arquivístico digital confiável (RDC-Arq), que é a maneira mais viável de se conter os desafios da evolução tecnológica e a perda de informação através da transferência de sistemas. A discussão da preservação digital

a longo prazo é eterna, visto que não há uma fórmula precisa que funcionará no futuro. A PDS é a combinação dos sistemas informatizados de gestão e preservação a longo prazo, SIGAD e RDC-Arq, respectivamente, com o intuito de manter a autenticidade e gerir os documentos digitais. Assim como a CCDA garante a autenticidade da custódia dos documentos arquivísticos digitais desde a produção até a preservação ou eliminação. Dessa maneira, a pesquisa sobre a preservação digital deve ser constante, acompanhando a evolução da tecnologia.

Durante a elaboração dessa pesquisa, surgiram outros debates paralelos à reprodução de fotografias digitais e os desafios de sua preservação a longo prazo. Tendo em vista que essa pesquisa é contínua, pois os arquivos digitais sempre vão evoluir e, com isso, a classe arquivística também. Aproveito para recomendar investigações acerca da preservação de imagens digitais (ou de qualquer outro tipo documental digital) como *non-fungible token* (NFT), o quão confiáveis e autênticos os arquivos originais são e até que ponto há uma garantia de preservação a longo prazo? Fica a sugestão para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. **Catálogo e descrição de documentos fotográficos**: uma aproximação comparativa das normas AACR2 e ISAD (G). 2006. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2006.
- BATISTA, Marcos Hiram de Tarso. **A transição da fotografia analógica à fotografia digital**, 2011. Disponível em: <http://www.mnemocine.com.br/index.php/2017-03-19-18-18-02/artigos-e-criticas/169-a-transicao-da-fotografia-analogica-a-fotografia-digital>. Acesso em: 6 jan. 2022.
- BOADAS, Joan; CASELLAS, LLuís-Esteve; SUQUET, M. Àngels. **Manual para la gestión de fondos y colecciones fotográficas**. Girona: CRDI & CCG, 2001. Disponível em: http://www.girona.cat/sgdap/docs/Manual_Fotografia_OCR.pdf. Acesso em: 03 jan. 2022
- BOTÃO, Antonio Victor Rodrigues. **Recuperação da Informação Digital**: a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) na descrição de material imagético. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://ridi.ibict.br/handle/123456789/755>. Acesso em: 13 maio 2022.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. 51. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_TermArquiv.pdf. Acesso em: 4 jan. 2022.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). Resolução nº 43, de 04 de setembro de 2015. Altera a redação da Resolução do CONARQ nº 39, de 29 de abril de 2014, que estabelece diretrizes para a implementação de repositórios digitais confiáveis para a transferência e recolhimento de documentos arquivísticos digitais para instituições arquivísticas dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos - SINAR. **Governo Federal**, 08 set. 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/resolucoes-do-conarq/resolucao-no-43-de-04-de-setembro-de-2015>. Acesso em: 15 jul. 2022.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013.
- CHAVES, Elisa Maria Lopes. **Descrição arquivística de documentos fotográficos em sistemas informatizados**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27163/tde-26022019-170852/en.php>. Acesso em: 22 mar. 2021.
- DIAS, Danilo Camargo. **Metadados Embutidos em Fotografias Digitais**. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista,

Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/202113>. Acesso em: 5 jan. 2022

DISCURSO de Antônio Dias Leite Júnior. 1970. 1 fotografia. Disponível em: <https://memoriadaeletricidade.com.br/acervo/19970/if0231-02-discurso-de-antonio-dias-leite-junior>. Acesso em: 15 jul. 2022.

FANTINEL, Elisangela Gorete et al. O acesso, via web, ao patrimônio documental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG: A aplicabilidade da digitalização e do software AtoM (ICA-ATOM). **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 318-333, 2017. DOI: 10.22478/ufpb.1981-0695.2018v13n2.43046. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/332584192_O_acesso_via_web_ao_patrimonio_documental_da_universidade_federal_do_rio_grande__furg_a_aplicabilidade_da_digitalizacao_e_do_software_atom_ica-atom. Acesso em: 23 mar. 2021.

FIGUEIREDO, Marina. **Avaliação e seleção nos arquivos fotográficos digitais: o caso do Arquivo Histórico Parlamentar**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação e Documentação) - Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 2013. Disponível em: https://run.unl.pt/bitstream/10362/11959/1/dissertacao_marina_figueiredo.pdf. Acesso em: 30 jan. 2022.

FLORES, Daniel. Análise e aplicação do ICA-AtoM como ferramenta para descrição e acesso às informações do patrimônio documental e histórico do município de Santa Maria – RS. **Revista Informação**, Londrina - PR, v. 19, n. 3, p. 86-106, 2014. DOI 10.5433/1981-8920.2014v19n3p86. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/54876945/63-274-1-PB.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2021.

FLORES, Daniel. **Cadeia de custódia dos documentos arquivísticos digitais: do SIGAD ao RDC-Arq**. Palestra. 76 slides. 2016. Disponível em: https://arquivologia.ufes.br/sites/arquivologia.ufes.br/files/field/anexo/cadeia_de_custodia_dos_documentos_arquivisticos_digitaes-_do_sigad_ao_rdc-arq.pdf. Acesso em: 23 mar. 2021.

FLORES, Daniel; PAVEZI, Neiva; PEREZ, Carlos Blaya. Proposição de um conjunto de metadados para descrição de arquivos fotográficos considerando a NOBRADE e a Sepiades. **TransInformação**, Campinas, p. 197-205, set./dez 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/nxnvtNm3qwtXGrJ4HN8Dq3C/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 maio 2022.

FLORES, Daniel; PRADEBON, Daiane Segabinazzi; CÉ, Graziella. Análise do conhecimento teórico-metodológico da preservação digital sob a ótica da OAIS, SAAI, ISO 14721 e NBR 15472. **Brazilian Journal of Information Science: Research Trends**, [S.l.], v.11, n.4, p. 72-80, 2017. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/7511>. Acesso em: 17 jun. 2022.

FLORES, Daniel; RODRIGUES, Sergio. **Mini-curso Plataforma Arquivística de Descrição, Acesso e Difusão: o AtoM (ICA-AtoM)**. 2017. 127 slides. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Daniel-Flores-10/publication/344454792_Mini-curso_Plataforma_Arquivistica_de_Descricao_Acesso_e_Difusao_o_AtoM_ICA-AtoM/links/5f77728a299bf1b53e098a59/Mini-curso-Plataforma-Arquivistica-de-Descricao-Acesso-e-Difusao-o-AtoM-ICA-AtoM.pdf. Acesso em: 15 jul. 2022.

FONTANA, Fabiana Fagundes; FLORES, Daniel; NORA, Fabia Dalla; SANTOS, Henrique Machado dos. Archivematica como ferramenta para acesso e preservação digital à longo prazo. **ÁGORA**, Florianópolis, v. 24, n. 48, p. 62-82, 2014. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/457>. Acesso em: 17 jun. 2022.

GAVA, Tânia Barbosa Salles; FLORES, Daniel. Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis (RDC-Arq) como plataforma de preservação digital em um ambiente de gestão arquivística. **Informação e Informação**, Londrina, v. 25, n. 2, p. 74-99, abr./jun. 2020. DOI 10.5433/1981-8920.2020v25n2p49. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/38411/pdf>. Acesso em: 6 jan. 2022.

LACERDA, Aline Lopes de. A fotografia nos arquivos: produção e sentido de documentos visuais. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.19, n.1, p.283-302, jan./mar. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/3WdkxxJRfLj65nGbDgQPfnh/?lang=pt>. Acesso em: 3 dez. 2021.

MALVERDES, André. Pensando arquivisticamente a gestão de documentos fotográficos: uma referência imprescindível. **Revista Photo & Documento**, [S. l.], n. 2, 2016. Disponível em: <http://arquivistica.fci.unb.br/wp-content/uploads/tainacan-items/21567/25893/81-200-7-PB.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2022.

MANINI, Miriam Paula. Imagem, Memória e Informação: um tripé para o documento fotográfico. **Domínios da Imagem**, Londrina, v. 4, n. 8, p. 77-88, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/12864>. Acesso em: 3 dez. 2021.

SANTOS, Henrique Machado dos. Aplicação do ICA-AtoM no acervo fotográfico do Departamento de Arquivo Geral da UFSM. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Santa Maria, v. 28, n. 3, ed. Edição Especial, p. 5-14, 2014. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/5357>. Acesso em: 16 jun. 2022.

SANTOS, Henrique Machado dos; FLORES, Daniel. **Políticas de preservação digital para documentos arquivísticos**. Perspectivas em Ciência da Informação, [s. l.], v. 20, ed. 4, p. 197-217, out/dez de 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/s5JqMw9Mkk3VVgKpCK7GRZC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 jun. 2022.

SANTOS, Henrique Machado dos; FLORES, Daniel. Repositórios digitais confiáveis para documentos arquivísticos: ponderações sobre a preservação em longo prazo.

Perspectivas em Ciência da Informação, [s. l.], v. 20, ed. 2, p. 198-218, abr./jun. 2015. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/pci/a/mNsCkHM77L7RMrNqj8L57XF/abstract/?lang=pt>.
Acesso em: 16 jun. 2022.

SANTOS, Henrique Machado dos; HEDLUND, Dhion Carlos; FLORES, Daniel. **A Preservação do patrimônio arquivístico fotográfico e o acesso aberto utilizando o software de descrição ICA-AtOM**. In: CONFERÊNCIA INTERNATIONAL BIREDIAL - ISTEAC, 4., 2014; SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE BIBLIOTECAS DIGITAIS, 8., 2014, Porto Alegre. p. 285 - 295, 15 - 17 de outubro 2014. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/65328>. Acesso em: 17 jun. 2022.

SANTOS, Henrique Machado dos; MAZUCO, Fabiana Ciocheta; FLORES, Daniel. Preservação sistêmica de documentos arquivísticos digitais: uma perspectiva holística. **PerCursos**, [s. l.], v. 21, n. 46, p. 244-271, maio/ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5965/1984724621462020244>. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/17401>. Acesso em: 13 jul. 2022.

SANTOS, Mayla Lopes dos. **Padrões de metadados para fotografia digital**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/17511>. Acesso em: 6 jan. 2022

SOARES, Lílian. A fotografia: entre documento e arte contemporânea. **Revista Poiésis**, [s. l.], n. 15, p. 243-246, jul. 2010. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/poiesis/article/download/26962/15666>. Acesso em: 29 jan. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Acervo Arquivístico. **Item 2019-12-13/12573 - Visita da DGI às obras do Campus Chapecó**, 2019. Disponível em: <https://acervo.uffs.edu.br/index.php/visita-da-dgi-as-obras-do-campus-chapeco>. Acesso em 15 jul. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Acervo Arquivístico, [2008?]. Disponível em: <https://fonte.ufsm.br/index.php/informationobject/browse?collection=23236&topLod=0>. Acesso em: 15 jul. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Comunicação social**, 1960-[2008?]. 33539 fotografias. Código de identificação BR RSUFMS UFMS-0-1-2. Disponível em: <https://fonte.ufsm.br/index.php/comunicacao-social>. Acesso em: 15 jul. 2022.